

ANEXO 1

EDITAL Nº 15 de 5 de Dezembro de 2018.

PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESQUISADORES-EXTENSIONISTAS QUE INTEGREM O QUADRO DE PROGRAMAS / PROJETOS INSTITUCIONALIZADOS NA PROExC PARA ATUAREM NO PROJETO PAINEL ANALÍTICO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

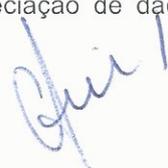
PROJETO PAINEL ANALÍTICO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Introdução

O trabalho na sociedade capitalista foi apropriado de tal forma pelo capital que ele tem progressivamente se reduzido a sua face abstrata, isto é, de mero produtor de mercadorias. Sob essa condição e com a introdução de políticas neoliberais, o mundo do trabalho tem passado por uma série de transformações expressas pelas inflexões político-econômicas em âmbito mundial; transformações estas que visam assegurar as condições ideais de exploração da força de trabalho e de elevação da taxa de lucros, trabalhando, sobretudo, por meio da legalização da precarização do trabalho (desregulamentação de direitos trabalhistas e flexibilidade contratual) e pelo consenso. A realidade brasileira, inserida que está nesta lógica, também apresenta significativas modificações na configuração do mercado de trabalho nacional.

Ao longo das duas últimas décadas do século XX, o Estado convalidou a flexibilização requisitada pelo empresariado, resultando no aprofundamento da precarização do trabalho, do desemprego, do subemprego e da informalização. A partir do ano de 2003, com mais uma sucessão presidencial, os rumos econômicos e as políticas sociais articuladas pelo governo brasileiro deram novo tom as ações do Estado, ora guiado por uma perspectiva neo desenvolvimentista, nova estratégia do capital. Nesta última década, assistiu-se a redução dos índices de desemprego no Brasil e à elevação do acesso a bens pelas camadas mais pobres do país, o que tem sido festejado por muitos, mais criticado por tantos outros. Isto por que é importante que nos apercebamos do modo como tais mudanças têm sido processadas, em atendimento a que interesses ocorrem, qual a profundidade (ou superficialidade) com que se dão e o que de fato revela a diminuição dos dados do desemprego.

É nesse sentido, que o presente artigo se propõe a traçar uma análise - que aqui não se esgota - sobre o histórico da flexibilidade e da precarização do trabalho no Brasil, considerando as três últimas décadas com ênfase na realidade atual (a partir de 2003), pontuando as determinações do neo desenvolvimentismo para o trabalho em âmbito nacional e a apreciação de dados



recentes acerca dos indicadores de emprego, desemprego e da rotatividade nos postos de trabalho.

A realidade do Trabalho no Brasil Contemporâneo: Flexibilização, Neodesenvolvimentismo e Precarização

Segundo Marx (2013), o trabalho é composto por uma dupla dimensão, a saber, trabalho concreto e trabalho abstrato, os quais expressam, respectivamente, o valor de uso e valor de troca do que é produzido na sociedade capitalista. Neste primeiro se assenta o valor conferido às coisas pela utilidade que possuem em termos da satisfação das necessidades dos indivíduos; este último, diferentemente, refere-se ao valor que as coisas, na condição de mercadoria, assumem, dado que são frutos de um trabalho realizado por homens despossuídos do controle da produção e, portanto, alienados. A compreensão acerca das dimensões do trabalho, portanto, nos conduz a decifrar no seio da sociabilidade capitalista, conforme aponta Antunes (2011), a subordinação da dimensão concreta do trabalho à dimensão abstrata, pela redução do valor de uso das coisas e valorização do valor de troca.

O trabalho realizado nessa sociedade é predominantemente abstrato – estranhado, sem autonomia - uma vez que a tônica que o move é a produção de mercadorias de valores de troca. Os capitalistas, que ambicionam a constante elevação da taxa de lucro, promovem - pela introdução de novas tecnologias na produção, bem como padrões de gestão e organização - inúmeras mudanças nas relações de trabalho e na forma com que esse trabalho produtor de mercadorias se apresenta na atualidade. Há hoje um processo em escala global que reduz o trabalho estável, ao passo que se eleva o desemprego e o subemprego.

Na contemporaneidade, as condições de trabalho imputados aos trabalhadores – ou, mais assertivamente, conforme denomina Antunes (2011), à classe-que-vive-do-trabalho – tem se dado com ênfase na precarização. Apesar da radicalidade com que atinge essa classe, enfraquecendo, fragmentando, desmobilizando e eliminando sua liberdade a realização, o processo que modifica as relações de trabalho assume ares de modernização e flexibilidade em tempos atuais, uma feição ideologicamente articulada para obscurecer o significado real das transformações em curso. Este é o movimento conduzido pelo sistema do capital, em face da crise estrutural que o assombra e que permanentemente exige alternativas que garantam a manutenção do próprio sistema.

Desde a década de 80, com a hegemonia neoliberal no mundo capitalista, uma série de medidas tem minado os direitos e algumas Lutas dos trabalhadores. O neoliberalismo que propõe um enxugamento de gastos do Estado para o social e para suprir custos com a manutenção da classe trabalhadora encontrou na reestruturação produtiva e introdução ao toyotismo na produção a condição ideal para estabelecer novos padrões de gestão e de relações de trabalho favoráveis ao capital. Com isso, passamos a observar nas empresas e mesmo no setor público uma gestão horizontalizada, em que os trabalhadores são fiscais de seu próprio trabalho e são impelidos a se sentir partícipes da gestão, “colaboradores”. Além disso, os vínculos de trabalho tornam-se “flexíveis”, surgindo modalidades como contratos

recentes acerca dos indicadores de emprego, desemprego e da rotatividade nos postos de trabalho.

A realidade do Trabalho no Brasil Contemporâneo: Flexibilização, Neodesenvolvimentismo e Precarização

Segundo Marx (2013), o trabalho é composto por uma dupla dimensão, a saber, trabalho concreto e trabalho abstrato, os quais expressam, respectivamente, o valor de uso e valor de troca do que é produzido na sociedade capitalista. Neste primeiro se assenta o valor conferido às coisas pela utilidade que possuem em termos da satisfação das necessidades dos indivíduos; este último, diferentemente, refere-se ao valor que as coisas, na condição de mercadoria, assumem, dado que são frutos de um trabalho realizado por homens despossuídos do controle da produção e, portanto, alienados. A compreensão acerca das dimensões do trabalho, portanto, nos conduz a decifrar no seio da sociabilidade capitalista, conforme aponta Antunes (2011), a subordinação da dimensão concreta do trabalho à dimensão abstrata, pela redução do valor de uso das coisas e valorização do valor de troca.

O trabalho realizado nessa sociedade é predominantemente abstrato – estranhado, sem autonomia - uma vez que a tônica que o move é a produção de mercadorias de valores de troca. Os capitalistas, que ambicionam a constante elevação da taxa de lucro, promovem - pela introdução de novas tecnologias na produção, bem como padrões de gestão e organização - inúmeras mudanças nas relações de trabalho e na forma com que esse trabalho produtor de mercadorias se apresenta na atualidade. Há hoje um processo em escala global que reduz o trabalho estável, ao passo que se eleva o desemprego e o subemprego.

Na contemporaneidade, as condições de trabalho imputados aos trabalhadores – ou, mais assertivamente, conforme denomina Antunes (2011), à classe-que-vive-do-trabalho – tem se dado com ênfase na precarização. Apesar da radicalidade com que atinge essa classe, enfraquecendo, fragmentando, desmobilizando e eliminando sua liberdade a realização, o processo que modifica as relações de trabalho assume ares de modernização e flexibilidade em tempos atuais, uma feição ideologicamente articulada para obscurecer o significado real das transformações em curso. Este é o movimento conduzido pelo sistema do capital, em face da crise estrutural que o assombra e que permanentemente exige alternativas que garantam a manutenção do próprio sistema.

Desde a década de 80, com a hegemonia neoliberal no mundo capitalista, uma série de medidas tem minado os direitos e algumas Lutas dos trabalhadores. O neoliberalismo que propõe um enxugamento de gastos do Estado para o social e para suprir custos com a manutenção da classe trabalhadora encontrou na reestruturação produtiva e introdução ao toyotismo na produção a condição ideal para estabelecer novos padrões de gestão e de relações de trabalho favoráveis ao capital. Com isso, passamos a observar nas empresas e mesmo no setor público uma gestão horizontalizada, em que os trabalhadores são fiscais de seu próprio trabalho e são impelidos a se sentir partícipes da gestão, “colaboradores”. Além disso, os vínculos de trabalho tornam-se “flexíveis”, surgindo modalidades como contratos

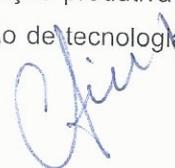
temporários, trabalhos voluntários, terceirizações, empreendedorismo, e se ampliando outras formas de ocupação, como as informais.

Associado a isso, há a flexibilização também dos direitos trabalhistas, de modo que aquele trabalhador, antes de gerido com base no modelo taylorista fordista e que podia contar com maior estabilidade de seu vínculo de trabalho, passa agora a vivenciar as incertezas e desproteções do novo padrão toyotista. Ademais, para assegurar que se mantenham em atividade, os trabalhadores precisam ser polivalentes, dotados de conhecimentos, competências e habilidades que estejam sempre alinhadas aos avanços tecnológicos e as demandas de multifuncionalidade que as empresas exigem. Tem-se então o que Antunes (2011) aponta como a nova morfologia do trabalho, a que os trabalhadores se submetem para conseguir vender sua força de trabalho, única mercadoria que detém, e assim atender minimamente as suas condições de vida. Com isso, vemos serem de estados novos modos de ser do proletariado, cada vez mais pulverizado em suas lutas. Importante se faz destacar que o modelo toyotista, estando a serviço do capital não elimina as suas contradições, ao contrário, acentua sua face mais perversa, a da exploração de uma classe sobre a outra, especialmente pelo caráter ideológico de sua empreitada, a qual intenta eliminar no plano subjetivo o estranhamento do produtor ao trabalho, assim como a real sujeição daquele ao capital.

Sobre isso versa Antunes (2011; p. 40) "o estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo "envolvimento cooptado" que possibilita o capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho". Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva, fosso existente entre elaboração e execução no processo do trabalho. No Brasil, país de industrialização tardia, o toyotismo - que passa a ser introduzido somente a partir da década de 1990 - de modo algum substituiu o taylorismo fordismo nas empresas. O que houve foi sim a introdução de elementos do modelo japonês, caracterizado pela fábrica mínima e flexível, baseada na terceirização e subcontratação; sistema de produção em pequenas séries heterogêneas, polivalência funcional e pluri especialização do trabalhador. Com a manutenção de outros elementos do modelo já existentes, tudo conforme convinha/convém aos detentores do capital.

Aqui os trabalhadores tiveram suas são recentes conquistas por melhores condições de trabalho, solapadas as pelas crescentes desregulamentações promovidas pelo novo modelo produtivo e impactado por toda a conjuntura nacional e internacional. Segundo González (2009; p. 100), o fortalecimento da integração da economia brasileira à ordem mundial capitalista, concretizada por meio de um abrupto processo de abertura comercial e financeira, impactou significativamente a estrutura produtiva brasileira.

De uma perspectiva, expôs o setor produtivo nacional, especialmente a indústria, a uma concorrência predatória, o que provocou o fechamento e a desnacionalização de parte do aparelho produtivo. De outra, alavancou um intenso processo de reestruturação produtiva nas empresas que se mantiveram instaladas no Brasil, centrado na incorporação de tecnologias e desenhos organizacionais flexíveis e no enxugamento da mão de obra.



Neste novo cenário, o discurso de que a modernização da regulação das relações de trabalho havia tornando-se imperativo foi rapidamente obtendo espaço no governo e em diversos setores da sociedade, fortalecendo a pressão do empresariado nacional pela flexibilização da legislação trabalhista. O país estava imerso em uma conjuntura internacional em que se processavam mudanças profundas na política e na economia, cujos reflexos no mundo do trabalho propõem, sob o discurso da modernização e do favorecimento de empregos, o beneficiamento do empresariado nacional pela via da redução dos custos do empregador como trabalho, o que se fez e se faz muitas vezes à custa das garantias trabalhistas da classe- que- vive- do- trabalho.

Isso tem se refletido no Brasil em números alarmantes de desemprego, de precarização das condições e relações de trabalho, na informalização, na elevada rotatividade nos postos de trabalho.

O presente painel tem como por objeto, tratar de maneira sistemática, os reflexos das relações de trabalho nas mais diversas áreas, tendo como estudo inicial a Indústria Naval na região metropolitana do Rio de Janeiro, gerando uma publicação crítica subsidiando as futuras políticas públicas para atuar no setor.

Contextualização

A atual instabilidade política e econômica do Brasil, a pesada carga tributária, as elevadas taxas de juros, os custos de financiamento e as condições de financiamento são as principais ameaças para a indústria naval, com ênfase nas garantias que, em muitas ocasiões, chegam a 130% do valor financiável. Somam-se como elementos de preocupação o risco de retirada de encomendas pelos principais clientes, os custos das operações portuárias, e a reduzida oferta efetiva de oficiais de Náutica e de Máquinas, dado o baixo tempo de permanência na carreira pela evasão desses profissionais.

O cenário atual exige dessa indústria a capacidade de propor soluções coordenadas. A incerteza, característica desse cenário, com a interrupção ou mesmo retirada de projetos, torna fundamental o envolvimento de todas as partes interessadas do setor para a execução de ações que sejam capazes de minimizar os seus efeitos negativos.

De maneira sucinta, a indústria de construção naval brasileira passou por quatro fases em seu desenvolvimento: a) entre a década de 1960 a meados dos 1980: estruturação/consolidação da indústria no País, com destaque para o ano de 1979 quando o país ocupou o segundo lugar mundial na indústria; b) de meados dos 1980 a meados dos 1990: primeira grande crise na construção naval no país com diminuição da produção, fechamento de estaleiros e desemprego; c) de 1997 a 2014: retomada das atividades da indústria com políticas direcionadas e grandes investimentos, aberturas de novas plantas produtivas e desconcentração regional; e d) a partir de 2015: início de nova crise para a indústria, com diminuição de produção e emprego e fechamento de estaleiros.



Independentemente dos seus altos e baixos, a indústria naval brasileira tem destacada importância no cenário internacional. Desde o princípio do século XXI, o Brasil teve um esforço para reativar as atividades do setor, fato que trouxe consequências positivas para sua posição no cenário mundial. A carteira de encomendas dos estaleiros internacionais listou o Brasil entre os dez maiores construtores, considerando navios e plataformas (Clarksons apud SIN/Sinaval, 2014).

O entendimento das características do trabalho na indústria de construção naval passa pela análise de seu processo produtivo, em muito determinado pelo diferente funcionamento: a saber, sua inserção no mercado se dá enquanto fornecedora de bens de capital por encomenda, o que resulta no forte comportamento cíclico observado em sua trajetória expansiva. Por exemplo, a contratação de produtos/obras, em sua maioria, de longo prazo de maturação, leva à inconstância em suas atividades, resultando em alternância entre momentos de alta capacidade ociosa e de forte utilização da capacidade instalada.

Analisando o mapa da indústria naval brasileira, fica patente a importância do estado do Rio de Janeiro. O estado ainda concentra grande parte das unidades e do emprego gerado pelo setor, realidade esta devida ao fato de sê-lo o berço dessa indústria em território nacional e detentor dos maiores parques navais.¹⁴ Regionalmente, a Região Metropolitana e a cidade de Angra dos Reis (na Costa Verde) são as espinhas dorsais da produção naval estadual.

Entretanto, dos trinta e dois estaleiros mais importantes (de grande e médio porte) sediados no Brasil, grande parte está no estado do Rio de Janeiro. Entre estes, destacam-se os estaleiros: Brasfels (Angra dos Reis), Eisa (Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro) e Mauá (com quatro plantas produtivas: a) Unidade Ponta d'Areia – Niterói b) Ilha do Caju – Niterói/RJ; c) Ilha da Conceição – Rio de Janeiro; e d) São Gonçalo/RJ).

O Rio de Janeiro continuou sendo o principal polo naval do País, pois tinha a vantagem de contar com um conjunto de grandes estaleiros, mas também estaleiros de médio porte, tais como o Rio Nave (Rio de Janeiro), Aliança, Vard, Brasa, Mac Laren Oil (Niterói) e Cassinú e São Miguel (São Gonçalo). Justamente essa variedade permitiu que o Rio de Janeiro tivesse e mantivesse a mais diversificada capacidade de construção naval do País (Sinaval, 2016).

Ademais, o Rio de Janeiro era, também, o único estado que de maneira mais substancial possuía uma vantagem comparativa em relação aos concorrentes nacionais: dado que grande parte de seus estaleiros data dos anos 1960, eles apresentaram grande capacidade de reestruturação de processos produtivos, em muito por conta da já estabelecida cultura do trabalhador naval. Vale lembrar que o Rio de Janeiro, quando do início dos trabalhos do Estaleiro do Atlântico Sul (em Pernambuco), enviou trabalhadores experientes na construção naval, tendo em vista as dificuldades de o estaleiro nordestino em conseguir mão de obra qualificada, cuja qualificação tem forte conteúdo learning by doing.

Não obstante todos os grandes investimentos pelo País, o estado do Rio de Janeiro permaneceu concentrando a maior parte dos estaleiros e do volume de emprego do setor. E

especialmente sua região metropolitana permaneceu com forte centralidade para o mercado de trabalho e para a produção setorial nacional. Entre 2006 e 2014, o montante de empregos diretos gerados pela construção naval brasileira saltou de pouco mais de 25 mil unidades para a casa das 71 mil unidades. Ainda que tenha crescimento percentual abaixo da média nacional, o estado se manteve em destaque, respondendo por cerca da metade dos empregos gerados no setor. A RMRJ, por sua vez, respondia por aproximadamente 1 em cada 3 empregos gerados nacionalmente e a 2 em cada 3 dentro do estado do Rio. Todavia, as taxas de participação do estado como um todo e de sua região metropolitana caíram no conjunto nacional, por ocasião do processo de desconcentração setorial em direção a outras partes do território brasileiro. Destaca-se que entre 2006 e 2014 a participação fluminense no volume de emprego da indústria naval brasileira caiu de 71% para 50%, segundo dados da Rais.

Essa perda de participação também se observou em nível metropolitano. No mesmo período, a participação da RMRJ no volume de emprego naval nacional foi reduzida de 44% para 33,7%. No entanto, é muito importante ressaltar que a queda de participação não se deu por perdas reais do volume de emprego, mas pelo crescimento mais acelerado do emprego, em termos percentuais, nos novos espaços da produção naval nacional. Nota-se que, entre 2006 e 2014, o incremento de empregos totais na RMRJ foi de pouco mais de 13 mil unidades (267,2%), ao passo que, em nível nacional (excluindo-se a RMRJ), o incremento foi da ordem de 33,3 mil ou 336,9 por cento. Entretanto, para 2015, os dados preliminares da Rais mostram um total de 55,2 mil trabalhadores navais aproximadamente, número muito menor que o ano anterior, com 71,6 mil, uma redução de 16,4 mil postos de empregos ou de, aproximadamente, 23%. Isso mostra um claro indicativo de desaceleração das atividades e desaquecimento do mercado de trabalho setorial.

Concluiu-se que ocorreu uma redução significativa dos rendimentos dos trabalhadores navais em salários mínimos no período. Contudo, vale destacar e é preciso considerar a forte valorização do salário mínimo no País, ocorrida no período, de maio de 1995 a janeiro de 2010, um aumento real acumulado de 71,8% (Dieese apud Jesus, 2013). Os dados anteriores indicam um crescente aumento do desemprego e mesmo uma gradativa diminuição dos menores salários.

Esse novo cenário de crise na indústria de construção naval se inicia no pós-ano 2014 e tem como cerne a crise pela qual vem passando a Petrobras, principal demandante dos serviços dos estaleiros brasileiros. Essa crise decorre tanto da queda nos preços internacionais do Petróleo, como da Operação Lava Jato, que atingiu diretamente a Transpetro e a Sete Brasil (empresa criada para intermediar a construção de sondas do pré-sal).

Com esse novo cenário, ressurge um problema para esses trabalhadores de cultura naval. Além de ficarem desempregados, ainda lidarão com a questão de ter uma qualificação extremamente específica e muito difícil de engradamento dentro de outros ramos da indústria metalurgia. A questão da formação do trabalhador na indústria naval é em grande medida obtida através de prática no local de trabalho (learning by doing). A formação na profissão

através da prática real continua a ser o último modo de transmissão de conhecimentos e competências, especialmente nos casos dos operários-mestres (ou encarregados) responsáveis por parte da produção.

São objetivos desta pesquisa:

- 1- Levantar dados que tracem a informalização dos trabalhadores do setor da indústria naval, na região metropolitana do R.J.;
- 2- Analisar perspectivas para um cenário futuro baseado em políticas públicas para manutenção desta indústria nacional 1
- 3- na região metropolitana do R.J.;
- 4- Levantar custos de perdas da indústria naval nos últimos cinco anos, na região metropolitana do R.J.
- 5- Publicar artigo científico baseado nos objetivos propostos.

Prazo e Cronograma de Execução dos Serviços

Para realização do objeto da presente proposta, a UNIRIO estima um prazo de 7 (sete) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, conforme apresentado em cronograma de execução a seguir:

Etapas/meses	1	2	3	4	5	6	7
1- Levantamento bibliográfico e elaboração de questionário, e seleção pesquisadores e bolsistas	X	X	X				
2- Visitas Técnicas			X	X	X		
3- Análise de dados						X	X
4- Publicação						x	x

Equipe responsável

Para coordenar os trabalhos propostos neste documento, a UNIRIO alocará os profissionais qualificados do seu quadro técnico.

Além destes, a UNIRIO alocará uma equipe de profissionais pertencentes ao seu quadro técnico de pesquisadores utilizando também contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica, atuando sob a orientação do coordenador geral. Poderá ainda contratar, se necessário, equipe auxiliar.